

A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: diálogos sobre as práticas pedagógicas no cotidiano escolar

Juliana Rodrigues Dias ¹

RESUMO

O referido artigo aborda acerca da interculturalidade presente nas práticas pedagógicas desenvolvidas na educação especial do campo. Assim, o questionamento epistemológico que mobiliza este estudo é: como a interculturalidade colabora para a ressignificação de práticas pedagógicas na educação especial do campo, frente à diversidade presente na escola? A finalidade deste trabalho prima por compreender a importância da interculturalidade enquanto instrumento teórico-epistemológico docente para a valorização dos saberes camponeses, além do seu valioso papel na construção de práticas pedagógicas inovadoras, contextualizadas e inclusivas frente à interface da educação especial e educação do campo. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, evidenciando questões teóricas e epistemológicas relevantes à temática discutida, tais como: Oliveira (2011; 2021), Freire (1996;1999), Candau (2008), Arroyo (2014), Walsh (2009), Fernandes (2021), Caldart (2009), Williams (1992), entre outros. Foi possível apreender que os professores podem ser articuladores dos saberes nos diversos contextos e modalidades de ensino, especificamente a educação especial do campo, corroborando com o fortalecimento, reconhecimento e valorização das culturas, saberes e identidades dos alunos camponeses com deficiência. Assim, compreender a relevância da interculturalidade enquanto instrumento teórico para a valorização dos saberes camponeses, respeitando as diversificadas realidades, no intuito de identificar as necessidades emergentes e estratégias de superação aos desafios postos pela dinâmica contemporânea para esses sujeitos. Dessa forma, colabora com o diálogo, o respeito, o protagonismo social dos atores sociais em questão, a partir de estratégias didáticas de reflexão crítica e autônoma assumidas a um projeto emancipador humano.

Palavras-chave: Interculturalidade, Educação Especial, Educação do Campo, Práticas Pedagógicas, Identidade.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação (PPGED) da Universidade Estadual do Pará - PA, julianardias27@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A educação tem sido um pivô de muitas discussões, principalmente enquanto dimensão relevante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sabe-se que a Educação é um desafio travado na contemporaneidade, diante dos variados contextos de negação de direitos e dinâmicas neoliberais imputados à sociedade. Por isso, a necessidade de problematizar como ela se apresenta e quais são as suas intencionalidades, com um olhar mais centrado nos desafios e perspectivas para uma educação de qualidade.

O alcance da qualidade da educação no Brasil ainda é um dos principais desafios para sociedade brasileira, condicionado pelo percurso histórico da gestão da educação, do emprego de políticas educacionais no Brasil até a contemporaneidade. A educação é um processo que perpassa todos os âmbitos da vida humana, ou seja, aspectos sociais, éticos, políticos, culturais, saberes e identidades coletivas, por isso, a necessidade em evidenciar a relevância da educação intercultural na educação do campo.

Nesse contexto, o presente estudo volta-se à discussão acerca da interculturalidade na educação especial do campo, no tocante das práticas pedagógicas no ambiente escolar. A fim de compreender a relevância da interculturalidade enquanto instrumento teórico-epistemológico docente para a valorização dos saberes campestinos, além do seu valoroso papel na construção de práticas pedagógicas inovadoras, contextualizadas e inclusivas frente à interface da educação especial e educação do campo.

A educação intercultural é umas temáticas que vêm despertando interesses dos estudiosos, pesquisadores e docentes, assumindo protagonismo como tema central de discussões que tratam da necessidade de remodelamento das lentes acerca do pensamento pedagógico e práticas educacionais que interferem diretamente no fazer pedagógico em sala de aula. Assim, o questionamento epistemológico que mobiliza este estudo é: como a interculturalidade colabora para a ressignificação de práticas pedagógicas na educação especial do campo, frente à diversidade presente na escola?

Neste cenário demarcado, incita-se as reflexões sobre a educação, a necessidade em evidenciar a relevância da educação intercultural sob na educação especial do campo, enquanto referencial teórico para a valorização da cultura do campo, além da sua importância na constituição de práticas pedagógicas que contemplem os sujeitos do campo a fim de conscientizar politicamente sobre seus direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988, e cultivar suas culturas, saberes e identidades coletivas.



Nesse sentido, serão expostos elementos que corroboram e abrangem a compreensão sobre a interculturalidade, no tocante da educação do campo frente ao panorama expressivo de entraves que buscam comprometer o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e educacional desses sujeitos, sendo assim um reflexo histórico das condições educacionais no Brasil e negligência por parte do Estado. A relevância acadêmica e social deste estudo se ampara no fato de que, além de fortalecer o debate sobre as práticas pedagógicas na educação especial do campo delineará a representatividade de traços da cultura local e escolar campesino.

Dessa forma, com o aumento da discussão sobre a interculturalidade na educação do campo, favorece-se a construção de conhecimento científico e formação docente no intuito de produzir condições e realidades objetivas, mesmo permeado por entraves econômicos, sociais e políticos articuladas à políticas públicas educacionais que possibilitem aos alunos o acesso, permanência e qualidade educacional no processo de escolarização, instrumentalizando-os do conhecimento adequado para enfrentamento de suas realidades sociais.

EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: notas sobre a historicidade de lutas e conquistas

Refletir acerca da educação especial em sua transversalidade com a educação do campo evidencia as lutas travadas por entidades sociais e organizações que contestam a organização social, material e simbólica das pessoas do campo e com deficiências, objetivando materializar o direito de universalização da educação e igualdade social.

Ao longo do tempo percebe-se a ampliação do acesso de pessoas com deficiência no âmbito escolar, entretanto, ainda são identificadas lacunas significativas no cenário acadêmico, no tocante de debates, diálogos que englobem as suas multiplicidades. Além de pensar na articulação de saberes curriculares, do campo e as demandas específicas de aprendizagem de alunos na classe comum matriculados na rede de ensino regular, no intuito de contribuir para promoção do desenvolvimento da escolarização na educação básica.

Para Caldart (2002) e Fernandes (2018), a educação do campo corrobora no enfrentamento dos entraves e desconstrução educacionais e históricas vivenciados pelas populações do campo. Some-se a isto, a educação especial do campo é compreendida como uma proposta constituída no bojo dos movimentos sociais do campo, partindo do



interesse das populações campestres. Ou seja, necessita ser idealizada a partir das diversificadas manifestações desses sujeitos, na visão dos atores sociais, vinculada às realidades dos sujeitos e elementos socioculturais que constituem à sua dinâmica de vida.

De acordo com Oliveira (2021), a educação especial em sua interface com a educação do campo institui um diálogo entre as duas modalidades de ensino, demarcando a necessidade de transformações tanto em políticas quanto práticas educacionais, vislumbrando romper com a política hegemônica da educação especial, para atender as demandas da população do campo e as peculiaridades regionais no cenário educacional.

Pensar a Educação Especial do Campo como parte da construção coopera para o fortalecimento do respeito à diversidade, na perspectiva intencional dos processos formativos em torno de experiências concretas em que as pessoas se movimentam dentro das próprias relações sociais. A superação da desigualdade substantiva, histórica no atendimento aos direitos humanos e sociais da população trabalhadora do campo e particularmente no acesso à educação pública de qualidade.

É importante considerar que a discussão desenvolvida sobre a Educação Especial do Campo não pode ser negligenciada, mesmo diante de um cenário de barreiras conjunturais que acometem as pessoas com deficiência no campo. Kátia Regina Moreno Caiado (2017), em seu livro intitulado “Educação Especial no campo” ressalta que as barreiras são: “sociais, arquitetônicas e de comunicação, frequentemente materializadas na ausência de acessibilidade para a locomoção, a interação” (Caiado, 2017, p.03)

Embora, as políticas educacionais no Brasil tenham avanços significativos, vivemos um momento histórico-político atual de muitas incertezas. Sendo, essencial discutir os grandes desafios e perspectivas da Educação Especial do Campo. No contexto escolar, o desafio não é apenas reconhecer os diferentes tipos de deficiência, mas garantir acessibilidade, inclusão pedagógica e participação social de todos os alunos.

Nesse sentido, levanta-se o questionamento se as práticas docentes e políticas educacionais definidas, nos últimos anos, influenciam para alterar, em determinada medida, o cenário de democratização da gestão escolar e suas implicações na qualidade da educação especial no campo. Pois, a educação é uma prática social e cultural que permeia os diversos momentos de produção da vida social que estamos inseridos.

No entanto, o que marca o debate acerca da educação especial do campo é a experiência de fortalecer e priorizar a educação pública do campo, enraizada na luta



camponesa, o que pode ser decisivo para o avanço das lutas de resistência. Concretizando uma educação ancorada na inclusão social, aliada à qualidade educacional necessária para ensinar os genuínos processos de transformação na sociedade.

A INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: diversidade cultural à inclusão escolar

A interculturalidade na educação do campo concebe a cultura como centro de referência do processo educativo, permeado pelas diferenças étnicas, linguísticas, culturais e diversidade cultural presentes nos processos educativos a fim de superar as desigualdades, colaborando para a democratização de oportunidades, valorização das culturas e identidades dos sujeitos. Além, de colaborar com o diálogo, o respeito, o protagonismo social dos atores sociais do campo, por meio de mecanismos pedagógicos de reflexão crítica e autônoma assumidas.

O anseio deste estudo é enriquecer as reflexões sobre as teorias, concepções que envolvem a interculturalidade enquanto recurso teórico para o enaltecimento de saberes, conhecimentos e cultura na construção de práticas pedagógicas por parte dos professores que atuam na educação do campo. Vai além da convivência entre culturas, instiga o diálogo, troca e valorização mútua entre as diversificadas formas de conhecimento, visões de vida e modo de vida das pessoas que vivem no campo.

Williams (2003) compreende a análise cultural como um mecanismo epistemológico capaz de desvelar as particularidades e contextualizações de conjunturas sociais para expressar a organização social. Os estudos, concebidos na perspectiva de análise cultural, como um mecanismo de investigação dos processos culturais, assim, compreendendo os atores sociais como ponto nuclear das práticas que dão movimentos simbólicos e significados simbólicos à vida social

Some-se a isto, Freire (1987) situa a sua obra Pedagogia do Oprimido, publicada em 1968, o homem enquanto sujeito de todo o processo histórico da cultura. Isto é, “que toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está ou mais menos como está, ora de transformá-la” (Freire, 1987, p. 245).

Candau (2008) ressalta que a escola deve acolher uma perspectiva intercultural para a promoção de uma educação para o reconhecimento do “outro”. Ou seja, a educação deve ser pautada na promoção de uma educação que estimule o diálogo entre os



diversificados grupos socioculturais.

A diversidade cultural no âmbito, no tocante da inclusão escolar reconhece as diversificadas manifestações culturais, étnicas, sociais, linguísticas e religiosas refletindo também na construção de um currículo multicultural, que contemplem as diferentes culturas, debates sobre respeito e cidadania para que todos se sintam pertencentes ao processo educativo.

Some-se a isto, o referido estudo fomenta a discussão sobre a educação especial do campo na perspectiva cultural, ressaltando como essa reflexão colabora para a valorização das múltiplas diferenças culturais presentes no âmbito escolar. “O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização” (FREIRE, 1987, p.20)

No cenário demarcado, incita-se as reflexões sobre a educação, a necessidade em evidenciar a relevância da cultura sob a ótica de Freire (1987) na educação do campo, enquanto referencial teórico para a valorização da cultura do campo, além da sua importância na constituição de práticas pedagógicas que contemplem os sujeitos do campo a fim de conscientizar politicamente sobre seus direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988 e cultivar suas culturas, saberes e identidades coletivas.

A interculturalidade na educação especial do campo articula três dimensões relevantes: a diversidade cultural presente nas comunidades rurais, o direito de pessoas com deficiência à educação e o reconhecimento dos saberes locais no processo educativo. Dentro desta linha, nas escolas do campo reverbera no reconhecimento e valorização de saberes das comunidades rurais em diálogo com os conhecimentos acadêmicos.

Moraes (2016) também aponta os estudos culturais como um método de abordagem que possibilita compreender o homem enquanto ser histórico na produção da vida material, estabelecendo relações com o mundo, gerando contradições nas relações que se constituem como base da organização da vida social, fundamentado na materialidade cultural.

À vista disso, a partir do referido estudo é possível ressaltar as questões contemporâneas relacionadas à educação intercultural que influem na construção de uma educação de qualidade social referenciada, o diálogo entre as diversificadas culturas, promovendo assim a reflexão como contribuiu/contribui para a educação e prática docente.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: cultura



e identidade

A educação, por sua vez, é um expoente que se tornou o lócus de importantes reflexões, tendo em vista os anseios dos sujeitos em vulnerabilidade social junto aos processos educativos que são ofertados. Por isso, a necessidade de reconfigurar as perspectivas de educação contemporânea, no intuito de construir possíveis caminhos no campo nos processos educativos, que favoreça aos sujeitos refletirem sobre sua construção social, autonomia, consciência e participação nas decisões da sociedade.

As práticas pedagógicas referem-se ao conjunto de ações, métodos, atitudes e estratégias empregados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. Para Tardif (2002), a prática pedagógica é sustentada por um conjunto articulado de saberes, como: formação acadêmica, experiência e curriculares. Envolvem também a maneira como ocorrem as interações, inclusão, planejamento, organização e construção do conhecimento.

Para Freire (1996), em sua obra intitulada “Pedagogia da Autonomia” a prática pedagógica exige a reflexão crítica sobre a prática docente, ou seja, demanda que o educador reconfigure suas práticas anteriores de forma reflexiva. Vinculado ao contexto escolar, exprime a articulação entre teoria e ação docente, no intuito de viabilizar aprendizagens significativas que abarquem a dimensão social, política, cultural e intencional da prática educativa.

No seio dessa discussão, reconhece-se a interculturalidade como um mecanismo crucial para o direcionamento dos processos e práticas formativas docentes, no tocante das práticas pedagógicas na educação do campo e que reverberam como fundamentos teóricos inerentes ao exercício profissional, enfatizando as subjetividades dos processos formativos docentes em consonância com o processo de aprendizagem, ensino e avaliação de ensino.

As práticas pedagógicas desenvolvidas e executadas na educação especial do campo devem “ultrapassam seus territórios por diversas razões e carregam consigo o direito de terem suas concepções de vida enfatizadas e suas culturas valorizadas e problematizadas em suas diferentes formas de *modus vivendi*

” (Fernandes; Santos, 2022, p. 05).

Freire (1996) defende a prática pedagógica deve ser baseada no diálogo, na escuta, o respeito, protagonismo social dos atores sociais, da reflexão crítica e autônoma. Ademais, Arroyo (2014) afirma que a escola deve trabalhar a partir uma proposta que



articule a proposta curricular, a cultura e as necessidades dos alunos. A articulação desses elementos permite identificar as potencialidades do processo de ensino-aprendizagem na prática pedagógica empregada que possibilite a existência e permanência dos sujeitos do campo no processo educativo.

Sendo assim, é extremamente necessário o aprofundamento de estudos investigativos que ampliem os espaços para a pesquisa, de maneira que viabilize esses alunos em suas comunidades, com seus saberes locais. A fim de permitir que o âmbito educacional articule os diferentes atores sociais, concretizem assim as práticas pedagógicas numa concepção democrática e participativa, além de desenvolver características pedagógicas que favoreçam a educação especial do campo.

Pelo trabalho conjunto e articulado desenvolvido por docentes, instiga-se e desafia-se a construir novas práticas e estratégias pedagógicas, direcionando ao delineamento de um novo paradigma educacional, envolvendo as concepções epistemológicas nas elaborações de conhecimentos que reflitam o contexto social dos alunos do campo.

Nesse sentido, a educação especial do campo é um desafio nacional contemporâneo, apesar das conquistas alcançadas, percebemos a necessidade de fortalecer ações normativas, formativas e orientativas que a consolidem a partir de reflexões críticas sobre os rumos educacionais.

Assim, A resignificação das práticas pedagógicas diante da diversidade presente na escola contemporânea é crucial para o estabelecimento de transformações na dinâmica curricular, pedagógica e organizativa das escolas do campo, garantindo assim a inclusão, participação e aprendizagem de crianças com deficiência.

É pertinente compreender como a educação especial do campo reflete as complexas ações e intervenções da sociedade no modo de saber/ser/ viver do homem e como repercute no direito de todos os estudantes à escolarização, respeitando suas particularidades. Nesse sentido, a interculturalidade reverbera na inclusão, respeitando as demandas específicas dos alunos com deficiência e as identidades culturais do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, é evidente a necessidade em pensar em uma educação emancipadora e que pense nas questões que perpassam elementos culturais, econômicos, étnicos e outros, essenciais para se pensar em uma educação no horizonte da prática



social. Foi possível apreender que os professores podem ser articuladores dos saberes nos diversos contextos e modalidades de ensino, especificamente a educação especial do campo, corroborando com o fortalecimento, reconhecimento e valorização das culturas, saberes e identidades dos alunos camponeses com deficiência.

Assim, compreender a relevância da interculturalidade enquanto instrumento teórico para a valorização dos saberes camponeses, respeitando as diversificadas realidades, no intuito de identificar as necessidades emergentes e estratégias de superação aos desafios postos pela dinâmica contemporânea para esses sujeitos. Dessa forma, colabora com o diálogo, o respeito, o protagonismo social dos atores sociais em questão, a partir de estratégias didáticas de reflexão crítica e autônoma assumidas a um projeto emancipador humano.

Embora, as pesquisas mostram avanços no aprofundamento da temática é notável o conjunto de fatores desfavoráveis à efetivação do processo de ensino- aprendizagem dos alunos que residem no campo. Os desafios e possibilidades presentes nas práticas pedagógicas empregadas na educação especial do campo são suscetíveis de renovação em intenção de uma escola do campo com sua identidade e peculiaridades preservadas.

Dessa forma, a interculturalidade na educação especial do campo é uma possibilidade de reconfigurar as práticas educativas empregadas, em consonância com as novas posturas para os sujeitos, promovendo que os indivíduos se tornem ativos, emancipados, críticos, autônomos e conscientes da sua realidade. Além disso, desenvolver atitudes voltados ao bem-estar social e a inserção de pautas relevantes juntos aos processos educativos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. KOLLING, E.J. et al (orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília: **Art. Nacional Por Uma Educação do Campo**. 25 –36 p., 2002.
- CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **Educação especial nas ilhas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORAES, Ana Luiza. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 4, n. 7, 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/12490>. Acesso em: 14 abr. 2025.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Educação especial e educação do campo no contexto brasileiro**: memórias e diálogo. Belém: EDUEPA, 2021.

SANTOS, Ana Cristina de Sousa dos; FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **A unidade educacional especializada considerando-se a educação especial e a educação do campo**. RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 26, n. 00, e022015, jan./dez. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003 [1961].

